

POR OUTRA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARÁ: SEMINÁRIOS DO FPEC

Neila Reis – UFPA-ICED

neilareis2000@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho objetiva registrar caminhadas pela política educacional das escolas do campo no Estado do Pará. Política Educacional que necessita ser construída pelo Estado, com participação dos sujeitos locais, para diminuir o déficit educacional com as populações do campo, florestas e rios. O FPEC tem nos objetivos de suas propostas de seu regimento, o compromisso de desenvolver processos de articulação para formulação de Políticas Educacionais, implementação de gestão democrática e projetos pedagógicos, que insiram e assegurem a inclusão e permanência de crianças, jovens, adultos e velhos na educação de qualidade social. Para isto, seus membros promovem diálogos entre atores institucionais e movimentos sociais, de forma democrática. Um dos produtos dessas relações são os Seminários Estaduais de Educação do Campo, objeto principal deste trabalho. Para compreender esse processo, fontes históricas, são ferramentas base para desenvolver procedimentos metodológicos, com meta de recuperar demandas sociais debatidos pelas representações da sociedade civil. Nessa caminhada pela educação do campo qual o lugar social do FPEC na luta pela qualidade social das escolas e da educação?

Palavras chave: educação; política educacional; FPEC e sociedade

I. Introdução: cenário histórico

A política educacional para as escolas do Pará, no processo histórico, constituiu-se distante das demandas das populações locais, expressa assim, ausência de gestão, debates e participação democrática, desenvolvimento de currículos homogêneos, mantêm um sistema de escolas isoladas em si mesmas, sem vínculos com a vida social do campo (FERNANDEZ; Molina, 2004).

Caminhos de gestões da Secretaria de Educação do Pará – SEDUC, até 2005, em sua maioria, emanam qual a natureza escolhida para formular políticas públicas, isto, no entanto, nas disposições de documentos oficiais, como o Projeto do Plano Estadual de Educação (2004), quanto à Educação do Campo, detêm premissas para dinamizar a rede de escolas e apoiar experiências educativas de Movimentos Sociais.

O Plano Estadual de Educação (2004), que circulou entre o gabinete da Secretaria de Educação, suas coordenações e o Conselho Estadual de Educação, não foi resultado de diálogo com professores e setores da sociedade civil; este, foi discutido em nível intra, apenas, nos setores da administração superior. No seu conjunto, para a Educação do Campo, é afirmado que o governo paraense (2002-2006) visa apoiar às experiências em curso, como as das Casas Familiares Rurais e das Escolas Famílias Agrícolas, porém, na prática, para

Professora da UFPA.

viabilizar a operacionalidade dessas experiências, houve uma distância de suas ações, uma vez que o repasse de verbas de convênios, para essas organizações citadas, foi entravado pela própria SEDUC (REIS, 2006).

O Plano Estadual de Educação, construído democraticamente, aprovado em Conferência Estadual de Educação – janeiro de 2008, expressa em si mesmo, uma participação qualificada de atores da educação do Pará, por meio de Conferências regionais.

II. DESENVOLVIMENTO: FPEC: qual sentido dos Seminários Estaduais de Educação do Campo ?

No Pará, movimentos de camponeses agricultores reivindicam suas demandas, desde início da década de 1990, em defesa da Transamazônica e de um projeto sustentável para garantir sua reprodução social. Suas vozes e rostos expressaram a real situação de Projetos e Programas que não detinham nos seus fins, implementação de políticas públicas para escolas dos filhos de trabalhadores. Posicionamentos que pontuaram a importância da formação humana, com qualidade, reconhecendo-a no lugar social, para além dos sistemas de educação.

Nessa trajetória, o Movimento de Trabalhadores Sem Terra, tem um papel social relevante nas reivindicações, ocupações de terra, com proposições e experiências educativas substantivas no processo de formação de crianças, e além, de cunho geracional.

Tais atores e suas ações são precursores do Movimento Paraense de Educação do campo, que, no limiar do século XXI, vêm contribuir efetivamente, para a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Nacional de Educação, no âmbito nacional, e reivindicá-las para o estadual e municipal, para sua organização, aprovação e implementação por meio de seus Conselhos, assim, os sistemas educacionais e suas escolas poderem operacionalizá-las.

No contexto do debate e da luta por outras políticas públicas, outras instâncias sociais coletivas são organizadas, pela reunião de camponeses, militantes sociais, professores, estudantes, pesquisadores, alguns representantes institucionais, parlamentares estaduais, vinculam-se para refletir e encaminhar reivindicações, defender, articular e formular propostas que sejam inseridas e organizadas como Políticas Públicas referenciadas, assim, garantam acesso e permanência a todos. O Fórum Paraense de Educação do Campo é parte desse conjunto maior de atores sociais que caminham e lutam por uma outra política educacional e projeto societário democrático.

A trajetória do FPEC foi iniciada em outubro de 2003, com sua organização estrutural, a partir de 2004, ainda não de forma jurídica, mas dinâmica, até meados de 2009. Sua composição é constituída por cerca de mais de mil pessoas na rede eletrônica; uma coordenação colegiada – com dez representantes, entre movimentos sociais, sociedade civil organizada, instituições governamentais, lideranças camponesas; uma coordenação executiva-colegiada, com representante de instituições de ensino, UFPA, movimentos sociais FETAGRI e sociedade civil organizada – Cáritas. Tanto seus documentos de planejamentos, como de algumas ações desenvolvidas, expressam pressupostos filosóficos e pedagógicos de um comprometimento para articulação e produção de processos sociais que conduzam estratégias para efetivação de políticas de Estado e não de governo para a educação básica nas Escolas do campo do Pará.

A perspectiva do Fórum Paraense de Educação do Campo¹ é similar a dos movimentos sociais, constituindo-se para contribuir, participar e formular políticas públicas, e para ter controle social na gestão educacional, por meio de mecanismos democráticos. O surgimento desse Fórum, e ações de sua caminhada, para contribuição à formulação de políticas públicas e constituição de sua própria instância coletiva, representa um marco importante para a História da Educação Paraense.

Vale ressaltar que este Fórum é resultado também do trabalho de movimentos sociais desde a década de 1990, representando um avanço para as políticas públicas, com a possibilidade afirmativa de propor, articular programas, projetos e, principalmente, para construir linhas para a reconstrução das diretrizes estaduais para a educação do campo. Também o Fórum, como representação legítima da sociedade, detém poderes consultivos, podendo interferir, propor, e exigir dos poderes públicos constitutivos do Estado, em todas suas esferas, ações contínuas pela educação pública.

Fórum este, considerado, como representação legítima da sociedade, pois é um movimento da Sociedade Civil, que detém poderes consultivos e deliberativos, uma vez que trabalha para articular e promover potencialidades para políticas educacionais conseqüentes.

¹ O FPEC é formado por agricultores, assentados, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, sindicalistas, professores, alunos, jovens – representantes de Movimentos Sociais, como, MST, AFRO-DESCEDENTE (MOCAMBO), Movimento Sindical, Popular, Estudantil e Organizações Sociais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e da Educação, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Educadores de Gurupá (MOEG), Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MDTX); Associação dos Povos Indígenas do Araguaia Tocantins, comunidade Ribeirinha São José (município de São Domingos do Capim); EFAs, entre outros.

Nessa perspectiva, este é referência, para poder interferir, propor e exigir o cumprimento de políticas públicas para além de projetos, sem subordinação aos poderes públicos.

O sentido dos Seminários Estaduais de Educação do Campo é organizado nesta direção, pois defende tais políticas com cunho estrutural, em todas as dimensões; luta, prioritariamente, pelas educacionais, serem coerentes ao desenvolvimento humano e do país, com autonomia financeira, administrativa e pedagógica. O FPEC inclui em seus princípios, a luta por educação de qualidade social, abrangente e transgeracional, isto para hoje, pois defende uma educação não subordinada à economia.

O documento Carta de Belém, resultado do I Seminário de Educação do Campo do Pará do FPEC, realizado no espaço da Universidade Rural da Amazônia (UFRA), é histórico para registrar o movimento em curso, e por ser constituinte para contribuir à formulação de políticas educacionais. Expressa, nesta perspectiva, seus propósitos, nas entrelinhas dos princípios e finalidades, de quem é a iniciativa legítima para abrir e dar continuidade com autonomia ao debate pela educação.

Considera-se que a educação defendida pelo Fórum não é isolada dos contextos do campo e da cidade, com aportes para dar forma e conteúdo aos projetos políticos/pedagógicos, embasados, certamente, em princípios universalistas que potencializam o desenvolvimento humano (CABRAL NETO, 2004, p.30), contrapondo-se às políticas que geram desigualdades sociais.

Junto a isso e no conjunto de suas intenções, membros do FPEC, na leitura que se faz, partem de pressupostos favoráveis a uma educação reflexiva, com concepções democráticas, universalistas e do reconhecimento e respeito à diversidade étnica e cultural regional e especificidades locais, para um conduzir à emancipação humana e à transformação social.

Outro ponto marcante da Carta de Belém é a declaração de reconhecimento da importância das práticas educativas de iniciativa dos atores sociais locais, assumindo, assim, o compromisso em dar ênfase à articulação para afirmação dessas experiências. Nesse sentido, o projeto, para a educação do campo, também defendida pelo Fórum, é pautado na experiência social que produz o processo da existência desses trabalhadores.

Para viabilizar a continuidade das experiências educativas, a voz dos membros é representada nesse documento, destaca “[...] a necessidade do poder público e a sociedade reconhecerem [...]; e se comprometerem com a garantia do direito à educação no campo [...], o que requer políticas públicas referenciadas, legislações e financiamento, [...]” (CADERNO DE TEXTOS/FPEC, 2005, p. 8).

Observa-se que essa manifestação não só apresenta o posicionamento sociopolítico dos participantes, como também, a realidade da política educacional paraense de 2005. Ultrapassar esse estado do trato às políticas educacionais do Pará exige-se que sejam discutidos e instaurados instrumentos de diálogos decisórios, coletivamente, pelo poder público, para que se possam projetar novos caminhos para a educação, em âmbitos, regionais e locais, contendo objetivos e fins da educação que se quer, pelos atores que estão construindo o FPEC.

Nessa perspectiva, membros desse Fórum se envolveram, a partir de documentos iniciais, a “[...] trabalhar pela elaboração e implementação de políticas públicas de educação comprometidas com o desenvolvimento do campo e a inclusão social, valorizando a diversidade e os saberes das populações do campo [...]” (CADERNO DE TEXTOS/FPEC, 2005, p. 8).

O compromisso assumido pelo FPEC, segundo os seus princípios, tem a intencionalidade social de contribuir para formulação de uma política educacional que parta e atenda as demandas dos trabalhadores do campo, águas e florestas, incluindo-se na luta desses povos. Essa luta não se esgota na educação e na política, em termos quantitativos, mas vai além, no campo dos direitos sociais, como a reforma agrária, saúde, trabalho, habitação, previdência, crédito, estradas, assistência técnica, zoneamento territorial e ecológico, participação política, acesso e permanência nos sistemas de ensino, bens materiais e não materiais, entre outros.

Na Declaração de Princípios desse documento do FPEC, destacam-se, o compromisso social e político das instituições e a participação dos movimentos sociais que constituem esta entidade com os povos do campo, florestas e rios, para a realização de um trabalho de parceria que conduza às construções de políticas públicas, integradas aos seus princípios e à sua cultura (CADERNO DE TEXTOS/FPEC, 2005).

Quinze princípios totalizam o norte desse documento, construídos em respeito às demandas conduzidas pelos movimentos sociais participantes do Fórum. Em seu item I, confere referenciar compromissos sob bases: democráticas, éticas, de justiça e igualdade social, e o de luta por direitos humanos (CADERNO/FPEC, 2005, p.9). Tais princípios são expressos para além da etapa de planejamento e legislação, evidenciados como aportes que devem consignar considerações em torno da construção permanente de outras políticas públicas.

O item II reafirma o I, no sentido de se defender e lutar para, na prática, se ter “[...] o direito à terra e ao usufruto sustentável dos ecossistemas naturais” (CADERNO/FPEC, 2005, p.9).

O III princípio, ao defender “[...] a liberdade de expressão e de proposição, o pluralismo de idéias e experiências; [...]” (CADERNO DE TEXTOS/FPEC, 2005, p.9), potencializa a intenção de construção participativa e o respeito ao direito subjetivo e coletivo dos atores sociais, de uma política de educação do campo que seja embasada nesses referenciais e não restrita às regulações das relações de mercado.

No IV item, afirmando “ – O respeito à diversidade [...]” (FPEC, 2005, p.10), motiva a compreensão da definição de uma política educacional com cunho democrático, constituindo-a em um instrumento de organicidade às diversidades culturais e, assim, indutora de reivindicações e especificidades locais ao focalizar a questão da população ter “ – O Direito de Acesso ao Patrimônio Cultural, Científico, Artístico, Técnico, Tecnológico, Construído pela Humanidade [...]” (FPEC, 2005, p.10), não só afirma seu posicionamento, como fortalece o debate para que essa dimensão da vida social não seja tratada à margem dos instrumentos legais.

O VI item dá ênfase “[...] a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, conhecer, produzir e se organizar” (CADERNO/FPEC, 2005, p.10), conduzindo ao entendimento de que a política educacional seja aberta ao fortalecimento de uma formação com qualidade social referenciada e às motivações de relações democráticas na escola.

No princípio VII, o Fórum evoca “[...] o respeito à autonomia das instituições, entidades e movimentos sociais” (CADERNO/FPEC, p.10), preconizando, assim, as relações éticas, democráticas e anti-clientelistas.

O VIII princípio prevê “– o engajamento na elaboração, implementação e consolidação de políticas educacionais voltadas para as populações do campo, comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável econômica e ambientalmente” (FPEC, 2005, p.10). Nesta perspectiva, o Fórum assume o compromisso efetivo com os trabalhadores do campo para fortalecer a necessidade permanente de organização e luta pela educação pública sem o caráter filantrópico e de voluntariado.

Compreende-se que esse princípio tem uma responsabilidade sociopedagógica de marco referencial, uma vez que insere a questão ambiental como uma dimensão pedagógica, política e de projeto de sociedade para ser discutida na formação escolar. Dessa forma, a leitura sobre esse posicionamento é de que o Fórum não apóia projetos na ótica reprodutivista em nome de defesa do meio ambiente para assegurar interesses comerciais.

Professora da UFPA.

Um, dos pontos chave é a construção e reconstrução de Planos Educacionais e Projetos Políticos Pedagógicos, à base de uma política que não reforce a fragmentação do saber e que considere a educação no elo das demais políticas públicas. Considera-se, para esse debate, a relação orgânica da formação discente assentada entre trabalho, educação e vida social, cultura geral, das humanidades e profissional, relação indissolúvel entre passado e presente, inter-relação da experiência social, cultural, tecnológica e ambiental. Todos esses princípios, inter-relacionados, sob bases de a pesquisa ser o elo e o princípio educativo fundamental para transmissão e construção do conhecimento, já a partir de o ensino fundamental. No seu conjunto, a importância da História, como referência metodológica, para a formação docente e discente. Por esse entendimento, a sociedade, diversidade étnica e sistemas locais como *locus* para a cultura escolar, no ensino básico e superior.

O princípio IX reafirma “– o compromisso com o direito à educação pública e gratuita, acesso e permanência com qualidade social, a escola como instrumento de desenvolvimento e emancipação das populações do campo, dos rios e da floresta;” (CADERNO/FPEC, 2005, p. 10). A orientação de corroborar para a educação ser tratada como direito social, pois esta o é, o Fórum está no *front* do debate para que o poder público não o limite ao plano de intenções. Isto corresponde à observância de que planos, programas e projetos necessitam ter continuidades – de governo para governo –, evitando o desordenamento e o trato de “naturalidade” dado a este estado.

O X princípio vem retratar este quadro de descaso das políticas públicas, também no âmbito do financiamento, e reforçar os demais princípios, direcionando a necessidade de se efetivar “a luta incessante pela garantia de verbas públicas à educação do campo” (CADERNO/ FPEC, 2005, p.10).

O princípio IX reafirma “– o compromisso com o direito à educação pública e gratuita, acesso e permanência com qualidade social, a escola como instrumento de desenvolvimento e emancipação das populações do campo, dos rios e da floresta;” (CADERNO/FPEC, 2005, p. 10). A orientação de corroborar para a educação ser tratada como direito social, pois esta o é. Esse Fórum está no *front* do debate para que o poder público não o limite ao plano de intenções. Isto corresponde à observância de que, planos, programas e projetos necessitam ter continuidades – de governo para governo –, evitando o desordenamento e o trato de “naturalidade” dado a este estado.

O XI princípio enfatiza a necessidade de fazer “– o resgate e a (re) valorização da identidade e dos processos educativos das populações do campo, dos rios e da floresta” (CADERNO/FPEC, 2005, p.10). A perspectiva de resgatar e valorizar identidades desses Professora da UFPA.

atores não concerne em reforçar a visão idealizada do campo, ou das relações sociais e das concepções. Também, não cabe considerar como trabalho pedagógico para produzir um conhecimento descontextualizado, nem para desqualificar o espaço da cidade. O sentido dado pelos membros do Fórum é na direção de lançar um olhar de respeito e de afirmação, dessa identidade, para a produção do conhecimento, que não seja homogêneo e que se dê como processo no currículo escolar. Significa considerá-lo como um instrumento fim para a desconstrução da dicotomia tradicional entre campo e cidade

O XII princípio contempla “– a defesa da gestão democrática na educação do campo” (CADERNO/FPEC, 2005, p.10), configurando, de maneira geral, um olhar a respeito de que a categoria democracia está distante do sistema de ensino paraense. O Fórum, visando inscrever a gestão escolar na modalidade partilhada, conduz à leitura de que é preciso considerá-la aberta, para se ter a participação qualificada de todos os atores. Essa dimensão, na forma atual de seu exercício, expõe a necessidade da criação e fortalecimento dos Conselhos Escolares e Municipais de Educação, assim como nas demais dimensões, como agricultura, saúde, entre outras.

O XIII princípio acresce a necessidade de instaurar “– a luta incessante pela universalização do acesso à educação básica, profissional e superior com qualidade social, pelas populações do campo, dos rios e da floresta” (FPEC, 2005, p.10). É tanto na cidade, como no campo que a luta pela universalização da educação para todos os atores, em todos os graus e modalidades, deve se dar.

O princípio XIV, destacando “– a valorização de educadores e educadoras do campo” (CADERNO/FPEC, 2005, p.10), enfatiza o entendimento da importância da qualificação desejada aos professores, o que significa uma formação não aligeirada, com consistência e possibilidades técnicas. Também, o trato social e o piso salarial na carreira docente são necessidades sociais pertinentes à responsabilidade do Estado.

A formação do professor é interligada ao trabalho educativo na escola, tanto na transmissão, como na produção do conhecimento, devendo assim ser articulada, para ocorrer em todos os graus (médio e superior), como um veículo de aportes teórico/metodológicos reflexivos, assim contribuindo para a capacidade do desenvolvimento de pensar, tanto da criança, como do adolescente, por meio desse trabalho devido ao potencial crítico que muitos professores estarão adquirindo. Nesse sentido, situa-se a relevância social dessa proposta, em planejar, apoiar e se engajar no processo de formação e valorização dos trabalhadores em educação (CADERNO DE TEXTOS/FPEC, 2005).

Visando assumir os princípios defendidos e o alcance de algumas metas, o FPEC partiu para ações, sendo possível, em 2005, realizar seminários regionais e o II estadual. Esses seminários são instrumentos fundamentais para o debate, construção e articulação por outra política pública, entre essas, a reconstrução do Plano Estadual de Educação e dos municipais. O Fórum trabalhou para que seja construída a política educacional que se quer, assim, “[...] ao todo, foram realizados 11 eventos preparatórios ao II Seminário Estadual de Educação do Campo, envolvendo mais de 1.500 participantes de 40 municípios do Estado do Pará [...]” (HAGE, 2005, p.15). Esse Seminário se propôs a ser, não apenas um encontro oficial da Sociedade Civil, mas sim norteador para a participação e articulação de gestão democrática institucional.

Com vistas para afirmar a educação do campo e garantir políticas públicas democráticas, os representantes regionais, por meio de documentos intitulados Manifestos, contextualizam a sua realidade, apresentando suas demandas. O subitem “O que queremos” retrata tais demandas, como as do Fórum da Transamazônica e do Xingu, podendo-se perceber o trato e o padrão da política educacional para os filhos dos trabalhadores nessa região.

O Fórum trabalhou para que seja construída a política educacional que se quer, assim, “[...] ao todo, foram realizados 11 eventos preparatórios ao II Seminário Estadual de Educação do Campo, envolvendo mais de 1.500 participantes de 40 municípios do Estado do Pará [...]” (HAGE, 2005, p.15). Este Seminário se propõe a ser não apenas um encontro oficial, mas sim norteador para a participação e a articulação para a implementação da gestão democrática institucional.

Com vistas para afirmar a educação do campo e garantir políticas públicas democráticas, os representantes regionais, por meio de documentos intitulados Manifestos, contextualizam suas realidades e apresentam suas demandas. O subitem “O que queremos” retrata tais demandas, como as do Fórum da Transamazônica e do Xingu, podendo-se perceber o trato e o padrão da política educacional para os filhos dos trabalhadores nessa região:

[...] Formação permanente dos profissionais de educação
material didático diferenciado [...].
Educação do campo como prioridade do governo, orçamentos na legislação
(FECF,2005, p. 20).

O III Seminário de Educação do Campo do Pará (CADERNOS DE TEXTOS, 2007), reforça um pensamento social vinculado à continuidade da luta por outras políticas públicas democráticas, sob referências filosóficas, sociológicas e pedagógicas, nos seus planejamentos e operacionalidades, para garantir não só financiamento, como atitudes sérias, descentralizadas, no âmbito de governos estadual e municipais. Processo este que inclui e exige escolhas, decisões que oportunizem acesso, continuidade à escola, com uma formação em diversos campos do conhecimento. Vale ressaltar: formação esta que insira questões contextuais da realidade, culturas regionais, com o pilar, de uma política educacional conseqüente, seja instrumento de responsabilidade do Estado.

Nessa direção, para potencializar elaboração e implementação de Planos Municipais de Educação, Projetos Político Pedagógicos, o FPEC defende o pressuposto de o Estado dialogar permanente com a sociedade, com ênfase aos esforços institucionais serem elementos de uma cultura de poder horizontal. Nos itens o que somos, que queremos, como vamos nos organizar, que vamos fazer, os elementos pontuados no documento Manifesto, expressam a defesa pelos sujeitos do campo, águas e florestas de forma política, trabalhadores que são tratados como invisíveis na produção e reprodução de tecnologias, cultura e vida social. Os compromissos, metas reiterados no III Seminário de Educação do Campo, constituem um desafio permanente para os membros do FPEC perante os poderes públicos.

II.1 Memória de Manifestos

O II Seminário de Educação do Campo do Pará, em junho de 2005, segue na direção desse fio condutor de participação da sociedade, com destaque de incentivo à voz dos representantes das regiões no último dia do evento.

Essa participação de certa forma foi restrita, tendo em vista que o tempo destinado às discussões pelos Grupos de Trabalho foi exíguo, prejudicando a sistematização das reivindicações e das sugestões pelo próprio grupo, assim como a socialização das experiências.

A iniciativa desse Seminário foi dos membros do Fórum, da coordenação de educação do campo do MEC, com apoio da SEDUC, tendo à frente do planejamento e coordenação uma comissão executiva, para a realização das tarefas, formada por professores, técnicos, pesquisadores, graduandos e pós-graduandos, representantes de entidades, como também alguns membros dos movimentos sociais, visando estabelecer a continuidade do debate sobre a educação e a política educacional, tanto aquelas em curso como as que se desejam.

Professora da UFPA.

Nessa perspectiva é elaborado o documento intitulado “Manifesto”, resultante do II Seminário de Educação do Campo do Pará, em junho de 2005, expressando a necessidade de luta contínua por políticas públicas para a educação. Ressalta este documento, a importância de se ter, na pauta do Fórum, a construção de uma agenda da sociedade e dos governos em suas diferentes esferas.

O objetivo do Fórum é recorrer ao passado e ao presente para afirmar as possibilidades do desenvolvimento democrático como contraponto às ações que gestam pacotes pedagógicos e a persistência de padrões tradicionais nessas políticas.

O Manifesto desse Fórum Paraense além de posicionar-se abertamente quanto às políticas públicas e à educação que este defende, expressa seu compromisso de luta pela universalização da educação.

Nessa perspectiva é elaborado o documento intitulado “Manifesto”, resultante do II Seminário de Educação do Campo do Pará, em junho de 2005, expressando a necessidade de luta contínua por políticas públicas para a educação. Ressalta este documento, a importância de se ter, na pauta do Fórum, a construção de uma agenda da sociedade e dos governos em suas diferentes esferas.

Esse Seminário constitui-se num momento histórico em que representantes do poder público de governos municipais, estadual e federal, instituições de ensino e pesquisa, ONGs e movimentos sociais se articulam, coletivamente, para afirmar o compromisso para a construção de tais políticas no Estado do Pará.

Nesse sentido,

[...] lutamos por uma sociedade que valorize a diversidade étnico-racial, a sustentabilidade como projeto de desenvolvimento regional, valorização dos recursos naturais e culturais; garantia de terra, trabalho; fortalecimento da agricultura familiar, contrapondo-se ao agronegócio e ao latifúndio (MANIFESTO, 2005, p. 11).

No item “o que vamos fazer” do Manifesto do II Seminário de Educação do Campo do Pará, os membros do Fórum assinalam o compromisso para articular, contribuir, reivindicar, construir coletivamente e apresentar propostas que venham possibilitar o diálogo com os poderes públicos. Nesse sentido, o diálogo constitui um dos instrumentos para assegurar mudanças no trato da política educacional do campo. Para isto, a reordenação de projetos e programas com caráter permanente é um dos passos prioritários de intervenção na realidade, tendo como referência inicial “[...] contribuir na construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) para escolas do campo na perspectiva de implementar um currículo e

elaborar materiais didáticos pedagógicos vinculados com a realidade local [...]” (MANIFESTO, 2005, p. 12).

Essa reorientação vinculada à experiência social das crianças, dos jovens e adultos, se trabalhada pelos professores, de maneira reflexiva e contextualizada, motivará a participação e a compreensão crítica do mundo. Um trato de intervenção dessa natureza não compreende a educação fragmentada de outras dimensões, aportando, assim, a responsabilidade de não se esgotar em implementação e continuidade de planos, projetos e programas de escolarização, mas sim compreende um conjunto de políticas que são sínteses de demandas socioculturais, ambientais, etc. O Fórum se propõe a

[...] reivindicar a participação de representantes dos movimentos sociais do campo no controle social das políticas públicas e programas implementados na educação do campo nas diversas esferas (municipal, estadual e federal) [...] (MANIFESTO/FPEC, 2005, p. 12).

O FPEC ao incorporar alguns desafios quanto ao contexto atual da educação do campo na Amazônia paraense, procura, dessa maneira, evidenciar a problemática do déficit educacional na região:

acesso e permanência na escola, educação infantil;
ampliação da oferta educacional em nível de ensino fundamental e médio;
educação de jovens e adultos e a educação superior;
reversão da precariedade da oferta educacional;
valorização do magistério, formação continuada, Plano de Carreira;
implantação de escolas: assentamentos, quilombos e aldeias indígenas;
propostas educativas e currículos que valorizem a identidade e necessidades dos sujeitos do campo;
financiamento diferenciado para a educação do campo;
MANIFESTO, 2005, p. 22).

Um trato de intervenção dessa natureza, não compreende a educação fragmentada, isolada de outras dimensões, aportando, assim, a responsabilidade de não se esgotar na implementação de projetos e programas de escolarização, como também compreende um conjunto de políticas, que necessitam serem sínteses de demandas socioculturais, entre outros.

Esse documento enfatiza a necessidade de se contrapor às práticas não transparentes. Propõe-se, principalmente, lutar para que as políticas públicas, na prática, sejam universalizadas e tenham gestão controlada socialmente. Esse compromisso do Fórum reforça a compreensão de que os programas são tratados de maneira fechada, ficando, assim, distantes de uma prática democrática e da publicização real de sua operacionalidade.

Professora da UFPA.

Outro compromisso do Fórum, de relevância social, expresso no Manifesto do II Seminário, prevê: “[...] estimular, articular e apoiar a construção de políticas municipais e estadual de educação do campo, [...] baseados nas Diretrizes Operacionais, experiências vivenciadas pelas comunidades, educadores e educandos; [...]” (MANIFESTO/FPEC, 2005, p. 10). Assim, o FPEC se compromete a apoiar a construção de políticas regionais, não em nome do regional, mas sim, intrinsecamente, relacionadas a um projeto de investimento nas regiões do instituído e instituinte, de um conjunto de processos que se articulam nas dimensões da realidade, se operacionalizado, representa um avanço para a conquista desse direito.

Para seus membros, é necessário socialmente, “[...] reivindicar a institucionalização da Educação do Campo nos sistemas públicos de Ensino, como política de Estado e direito dos sujeitos do campo, efetivação da legislação vigente; [...]; Articular parcerias e a interação da política de Educação do Campo com as diferentes políticas públicas ligadas a agricultura familiar, para o desenvolvimento do campo (Carta de Belém, 2005, p.2).

O objetivo do Fórum é resguardar as diferenças socioeconômicas e culturais significativas, interligado com amplos setores da sociedade civil organizada, com base no processo de experiência social na Amazônia paraense.

III. Conclusão

Entende-se, a partir desses objetivos, que a perspectiva do Fórum é para ir além de pontuar recuos estratégicos do Estado, principalmente, quanto ao financiamento, defende assim, nos seus seminários, posições firmes – para não se limitar à conciliação de posições que reafirmem políticas focalizadas, ainda em curso, e, contribuir com conquistas sem estranhamento, como marcas instituintes, à base de demandas locais. O FPEC, enquanto movimento social acena estar disposto ao comprometimento político por uma educação de qualidade social, que incorpore saberes locais, projetando-se, assim, para qualificar-se como instância de planejamento consequente.

Cenário e instância que exigem do FPEC, uma dimensão pedagógica que seja vinculada ao conceito amplo de educação, esta como referência de trabalho não material, estritamente vinculada à produção e reprodução do conhecimento sobre o conjunto da produção humana (SAVIANI, 2004). Trabalho pedagógico este, que, o FPEC, necessita estar atento ao debate teórico/metodológico, intra e extra-escola, às concepções, e estratégias que

permeiam aos modelos de políticas públicas, passando pela gestão, financiamento e formação de professores, nas esferas da União, Estados e Municípios e de seus sistemas de ensino.

Documentos como Carta de Belém e Manifestos, expressam concepções e ações desse movimento, pela garantia de direitos sociais, envolvendo, membros de movimentos sociais, instituições, profissionais, lideranças, jovens, adultos e velhos, todos defensores da inclusão da educação do campo, águas e florestas. Isto inclui, uma exigência histórica, a de tais militantes enfrentar o trabalho de longo tempo, perante aos muitos desafios e adversidades que populações camponesas, ribeirinhas e indígenas sofrem com as condições políticas e de vida nos espaços territoriais do Estado do Pará.

O compromisso contido nesse documento procura evitar as práticas não transparentes. Propõe-se, principalmente, lutar para que as políticas públicas, na prática, sejam universalizadas e tenham gestão controlada socialmente. Esse compromisso do Fórum reforça a compreensão de que os programas são tratados de maneira fechada, ficando, assim, distantes de princípios democráticos e da publicização real de operacionalidade da Secretaria de Estado de Educação.

Assim, apoiar a construção de políticas regionais, não em nome do regional, mas sim, intrinsecamente, relacionadas a um projeto de investimento instituído e instituinte de um conjunto de processos que se articulam nas dimensões da realidade, representa um avanço para a conquista desse direito. O objetivo do Fórum é resguardar as diferenças socioeconômicas e culturais significativas, interligado com amplos setores da sociedade civil organizada, com base no processo de experiência social na Amazônia paraense.

O movimento empreendido pelo FPEC caracteriza-se pela dinamicidade, pois, a proposta preliminar para o III Seminário, prevê a aprimoração de discussões e construção de elementos bases que nortearão as principais diretrizes por outra política educacional. As perspectivas são para delinear medidas que configure as responsabilidades de cada participante e, principalmente do Estado. Para tanto, é necessário

Entende-se, a partir desses objetivos, que a perspectiva do Fórum não é para consolidar o recuo estratégico do Estado, principalmente, quanto ao financiamento, e nem que esteja disposto à conciliação de posições que reafirmem a política no curso de gestões de governos descompromissados. Acena estar disposto a efetivar-se com o comprometimento social, com o ambiental e com os saberes locais, projetando-se, assim, para qualificar-se como instância de planejamento consequente.

Diante das afirmações da Carta de Belém, dos Manifestos Regionais e Manifestos do II e III Seminários de Educação do Campo, acredita-se que este movimento não silenciará

Professora da UFPA.

para a articulação e luta pela garantia de direitos sociais às pessoas, enfrentando lutas, para vencer desafios e adversidades das condições políticas e de vida no meio rural do Estado do Pará.

Ademais, o Fórum motiva para a compreensão de que é uma instância democrática, podendo, nessa perspectiva, contribuir para evitar o descaso com a educação pública e às imposições de pacotes exteriores de educação que são trazidos para a formação dos jovens. O FPEC, também pontua criticamente impactos de déficits educacionais, e não a sua naturalização; defende o espaço público como referência para debater/construir/reconstruir políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALMEIDA, Maria Doninha de. **Prefácio**. In: CABRAL NETO, Antonio (org.) **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre (RS): Sulina; Natal (RN) EDUFRN, 2004, p. 7-18.
- ANTUNES, Ângela. **Aceita um Conselho? Como organizar o colegiado escolar**. SP: Cortez, 2002.
- ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação Básica e o movimento social do campo**. Col. Por uma educação básica do campo, nº 02. Brasília, Distrito Federal: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **Revista de Economia Aplicada**, vol. 4, nº 2, abril/junho 2000, p. 1-19.
- BRASIL/MEC **Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, 2003.
- BRASIL/MEC. **Plano Nacional de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1993.
- BRASIL/MEC. **Referências para uma Política Nacional do Campo. Cadernos de Subsídios**. RAMOS, Marise Nogueira et alii (Coord). Brasília (DF): MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.
- BENJAMIM, César e CALDART, Roseli Salete (orgs). **Projeto Popular e escola do campo**. Col. Por uma educação básica do campo, nº 03. SP: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2001.
- BRASIL/MEC. **Seminários Estaduais. Educação e diversidade no campo**. Folheto de divulgação. Brasília (DF): MEC/SECAD, 2004.
- CABRAL NETO, Antônio. **Política educacional: desafios e tendências**. Porto Alegre (RS): Sulina; Natal (RN): EDUFRN, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. **Escola é mais do que Escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2ª ed, RJ: Vozes, 2000.
- COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**, Belém: NAEA, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 11ª ed. RJ: Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**, Col. Da Nossa Época., SP: Cortez, 2001.

_____, **Diretrizes de uma caminhada**. IN: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Orgs) **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas**. Col. Por uma educação do campo, nº 4. Brasília (DF): Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

FPEC. Caderno de Textos. Contribuições para o debate. Educação do Campo na Amazônia: Direito Nosso, dever do Estado! **I, II e III SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**, Belém, Pará: Editora UFPA, 2004, 2005, 2007.

REZENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luísa. Apresentação. As políticas do Banco Mundial são iguais em todo o mundo. IN: MARTINS, Mônica Dias. (Org). **O Banco Mundial e a Terra. Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004, p 7-10.

____ et alli (orgs). A educação básica e o movimento social do campo. **Cadernos por uma educação básica do campo**, nº 01. Brasília (DF): EUNB, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma outra política educacional**. 5ª ed. SP. Autores Associados, 2004.